

A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)

Entre 1945 e 1974 sucedem-se na Universidade de Coimbra três gerações de militantes da direita radical que se norteiam por um nacionalismo revolucionário parcialmente influenciado pela subcultura política do neofascismo europeu. O cerne da luta destes estudantes radicais é a defesa intransigente do império português face à agonia do regime autoritário.

Palavras-chave: Universidade de Coimbra; direita radical; nacionalismo revolucionário; neofascismo.

Between 1945 and 1974, there were three generations of militants of the radical right at the University of Coimbra, guided by a revolutionary nationalism partly influenced by the political sub-culture of European neofascism. The core of these radical students' struggle lay in an uncompromising defence of the Portuguese empire in the dying days of the authoritarian regime.

Keywords: University of Coimbra; radical right; revolutionary nationalism; neofascism.

Em Fevereiro de 1964, o *Diário da Manhã*¹ entrevista um grupo de estudantes da Universidade de Coimbra com o intuito de apresentar as tendências intelectuais, culturais, sociais e políticas da juventude nacionalista. A reportagem é acompanhada por uma fotografia dos entrevistados, reunidos à volta de uma mesa do café Brasileira de Coimbra, entre refrescos e uma cópia do jornal francês *Rivarol*. A legenda refere os nomes de José Valle de Figueiredo, Francisco Lucas Pires, Fernando Braga de Matos e Luís Semedo Sá Cunha. Mais do que simples estudantes com simpatias nacionalistas, estes são militantes políticos da facção mais radical das direitas da Academia de Coimbra, que se caracteriza pela sua identidade nacional-revolucionária e pela simpatia em relação ao neofascismo europeu.

Na data da fotografia, José Valle de Figueiredo é o veterano, o líder do grupo, aquele que estabelece a ligação entre os jovens radicais de Coimbra e de Lisboa e a geração anterior do neofascismo português.

* Investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais, bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ *Diário da Manhã*, 23-2-1964, p. 3.

O NACIONALISMO RADICAL EM COIMBRA NO IMEDIATO PÓS-GUERRA: A PRIMEIRA GERAÇÃO

Todavia, para identificar as raízes do radicalismo nacionalista na Coimbra do pós-guerra é preciso recuar cerca de vinte anos, até Dezembro de 1946. Nessa altura, o semanário ultranacionalista *A Nação*² noticiava o aparecimento do periódico *Mensagem*, animado por estudantes da Universidade de Coimbra, os quais eram considerados pelos seus camaradas mais velhos promissores baluartes do nacionalismo radical.

O director do jornal *Mensagem* era Caetano de Melo Beirão, filho do intelectual integralista Caetano Beirão. Na verdade, os estudantes reunidos à volta da *Mensagem* não constituíam um grupo orgânico de militantes neofascistas. Estes reflectem, pelo contrário, as diferentes facetas do nacionalismo monárquico conservador da Academia de Coimbra. A reunião destes estudantes em torno do referido periódico deve-se ao clima de incerteza política que se vivia em Portugal no imediato pós-guerra.

A vitória das democracias trouxera um novo fôlego aos opositores dos regimes democráticos. Concomitantemente, as hostes nacionalistas já tinham sofrido o choque da Segunda Guerra Mundial quando a tradicional aliança portuguesa com a Monarquia britânica lacerara, em muitos nacionalistas, a simpatia pelo fascismo. Desta forma, a derrota do Eixo em Abril de 1945 vinha aprofundar o recuo de muitas das direitas face às revoluções nacionalistas dos anos 20 e 30, conformando-as aos novos «ventos da história».

Embora relegado para uma posição desfavorável em consequência das vicissitudes da guerra, o nacionalismo gozava ainda de um certo favor entre os estudantes de Coimbra (Proença, 1999, p. 146). Tratava-se, em geral, de um nacionalismo não militante, aliás bastante apolítico, ligado ao conservadorismo monárquico de tradições familiares e influenciado ainda pelo malogro da I República. Neste sentido, Salazar não era visto como um bastião do fascismo europeu, mas como o bom administrador do Estado que salvara Portugal do descalabro financeiro nos anos 30 e poupou o país da catástrofe da guerra mundial.

Neste clima, os animadores da *Mensagem* visavam relançar entre os estudantes as directrizes monárquicas e nacionalistas, ameaçadas pela hesitação das hostes salazaristas e pela ofensiva das oposições. A principal preocupação dos jovens da *Mensagem* dizia respeito à identificação estrita entre Salazar e o regime, que consideravam pernicioso para a revolução nacional, cujos destinos ficavam deste modo à mercê dos acasos políticos ou pessoais do líder. As observações mais interessantes a este respeito são

as de António José de Brito, que viria a destacar-se como o mais importante doutrinador do fascismo português do pós-guerra. António José de Brito criticava o cariz cesarista do Estado Novo pelo facto de a figura do César ser demasiado dependente dos humores do povo, o que, no seu entender, era inaceitável, uma vez que punha em risco os destinos do Estado, ou seja, da nação politicamente organizada³.

Em alternativa ao cesarismo, que criticam, os jovens radicais propõem como factor estabilizador do Estado a restauração da Monarquia tradicional, segundo as directrizes traçadas pelo Integralismo Lusitano:

- a) Monarquia hereditária, católica, tradicionalista e orgânica;
- b) Poder pessoal do rei — o rei governa mas não administra;
- c) Cortes Gerais, exclusivamente representativas das instituições, corporações e regiões; estas assembleias seriam convocadas na época prevista pelo estatuto político e teriam funções deliberativas em matéria orçamental e tributária, de alienação do território, de declaração de guerra e celebração da paz, e ainda nos casos duvidosos de sucessão no trono. Para além destas, as suas funções seriam apenas consultivas, cabendo-lhes informar o soberano sobre as necessidades dos povos e propor-lhes as soluções mais convenientes;
- d) Regime corporativo do trabalho⁴.

Paralelamente ao empenho doutrinário, estes jovens não fogem às discussões políticas mais actuais. De facto, o jornal *Mensagem* torna-se o periódico universitário mais radical em relação à polémica contra aqueles que considera serem os inimigos da revolução nacional: os anti-salazaristas do Movimento de Unidade Democrática (MUD), os católicos progressistas e também os monárquicos liberais e os nacionalistas moderados.

O MUD-Juvenil, particularmente activo nestes anos na Universidade de Coimbra (Vilaça, 1998, p. 91), era um dos alvos preferenciais do ataque feito pelos radicais do jornal *Mensagem*, os quais encaravam o MUD como um abrigo dos republicanos socialistas e comunistas. A actividade associativa promovida pelos jovens do MUD é denunciada como fazendo parte de uma estratégia de politização da comunidade estudantil. Prova disso foi a campanha promovida pelos seus partidários contra a prisão de Salgado Zenha, que leva a Associação Académica de Coimbra (AAC) a decretar, em 21 de Abril de 1947, três dias de luto académico. Em protesto contra a solidariedade expressa pela AAC ao jovem líder oposicionista, 400 estudantes da Academia pertencentes às direitas publicaram, no dia 5 de Março, o manifesto *Posi-*

³ *Mensagem*, n.º 2, Fevereiro de 1947, p. 4.

⁴ *Mensagem*, n.º 7, 1-12-1947, p. 1.

ção⁵. Segundo este manifesto, Zenha teria sido preso, não enquanto estudante, mas por ser militante político da oposição comunista, ou seja, enquanto agente da URSS, potência estrangeira inimiga da soberania e independência da nação.

Entre os signatários do manifesto encontravam-se os mais destacados representantes da corrente fascista do jornal *Mensagem*: Caetano de Melo Beirão, Carlos Guerra de Oliveira, António José de Brito e Amândio César.

Se as direitas se limitam a censurar a atitude da AAC, os radicais da *Mensagem* passam à acção: poucos dias após a publicação do manifesto, o referido grupo de estudantes fascistas assalta a AAC, arrancando a bandeira, que se encontrava a meia haste, reivindicando esta acção num comunicado feito a 9 de Maio (Simões, 2002, p. 33).

O radicalismo do jornal já tinha sido objecto de crítica por parte dos estudantes católicos. Em Fevereiro de 1947, o Centro Académico da Democracia Cristã (CADC) declara, através do *Diário de Coimbra*, que a participação de alguns dos seus membros na redacção do jornal *Mensagem* não implicava a adesão deste organismo católico às ideias aí expressas. O comentário referia-se a Henrique Barrilaro Ruas, antigo presidente do CADC, que liderava a componente católica, monárquica, moderada, não fascista, da *Mensagem*. Os radicais respondem acusando o CADC de ser cada vez mais influenciado pelas correntes europeias do catolicismo demo-cristão e progressista⁶.

Da mesma forma, os nacionalistas-revolucionários da *Mensagem* não poupam críticas aos monárquicos liberais, a quem atribuíam as tentativas de restauração monárquica num sentido anti-salazarista: uma monarquia democrático-constitucional, como alternativa à República autoritária de Salazar. Para os neofascistas, a restauração monárquica não se devia assumir como um movimento anti-salazarista, mas antes como uma transição na ordem. Esta ideia insere-se numa polémica vigente entre os jovens radicais e entre alguns dos antigos integralistas lusitanos e nacionais-sindicalistas, os quais, abandonadas as ênfases fascizantes durante o pós-guerra, enveredaram pela defesa de um regime monárquico anti-salazarista⁷.

Contrários a qualquer forma de desvio à ortodoxia autoritária, os radicais do jornal *Mensagem* polemizam também com os nacionalistas moderados da «situação». Em particular aquando da fundação da Acção Popular (grupo interno à União Nacional, fundado em 1948 e ligado a Marcelo Caetano), os jovens da *Mensagem* não aceitam a indiferença deste outro grupo em relação ao tema Monarquia vs. República. De facto, a Acção Popular considerava fundamental a coesão entre os nacionalistas para o bom governo do Estado, independentemente da sua forma institucional. Às palavras-de-ordem dos

⁵ FMS, arq. Mário Soares, pasta «Antes do 25 de Abril», doc. 02969.080.001.

⁶ *Mensagem*, n.º 4, 3-4-1947, p. 7.

⁷ *Mensagem*, n.º 7, 1-12-1947, pp. 6 e 8.

nacionalistas moderados de «Liberdade na autoridade» e de «Revolução construtiva» os jovens radicais respondem com a recusa da «Liberdade-mito» e do princípio da revolução, em nome das liberdades singulares e da contra-revolução, que, em 28 de Maio de 1926, aniquilara de vez os valores de 1789 para restaurar a tradição⁸.

Os neofascistas de Coimbra demonstravam o mesmo desdém em relação aos apoiantes republicanos do Estado Novo, reconhecendo apenas dignidade aos apoiantes da Monarquia tradicional autoritária e antidemocrática.

As referências doutrinárias destes jovens radicam na «doutrina nacional» dos integralistas lusitanos — em especial nos intelectuais da *Acção Realista Portuguesa* —, nos mestres europeus da contra-revolução e, principalmente, nos teóricos fascistas italianos Giovanni Gentile, Ugo Spirito, Arnaldo Volpicelli e Alfredo Rocco.

De todas estas referências, a sua predilecção ia para Alfredo Pimenta, que viam como um exemplo da coerência por ter defendido o fascismo e o nacional-socialismo mesmo após a derrota de 1945, quando muitos nacionalistas radicais preferiram retirar das lapelas as suas comprometedoras insígnias. A importância doutrinária de Alfredo Pimenta reside em ter demonstrado a compatibilidade entre a monarquia autoritária e os princípios do fascismo e do nacional-socialismo, ou seja, em ter conciliado a contra-revolução com a revolução fascista.

No entanto, não existia consenso entre as duas facções da *Mensagem* quanto à autoridade doutrinária de Alfredo Pimenta. A facção dirigida por Henrique Barillaro Ruas⁹ considerava as verdades políticas absolutas de Alfredo Pimenta demasiado simplificadoras da complexidade do homem e da sociedade moderna.

Para a facção de Caetano de Melo Beirão, pelo contrário, a síntese contra-revolução/fascismo proposta por Pimenta constituir-se-ia como princípio orientador da acção político-doutrinária dos anos seguintes, como se encontra bem retratado nas palavras de António José de Brito:

Se não percorremos as ruas de Paris, nem andamos sob os tectos da Escola Normal, nem discutimos desde Deus até à *L'Action Française* com Bardeche, Thierry Maulnier, José Lupin, o certo é, porém, que na fantástica e encantada Coimbra, por noites de Inverno e noites de Verão, falávamos de *omne re scibili* e, igualmente, Maurras e os seus estavam presentes nas nossas furiosas controvérsias [...] Não colaboramos num *Je Suis Partout* com Pierre Antoine Causteau, Lucien Rebatet, Alain

⁸ *Mensagem*, n.º 10, 5-2-1948, pp. 4-5.

⁹ Henrique Barillaro Ruas e a sua componente desenvolverão um discurso monárquico democrático e anti-salazarista, principalmente a partir das experiências da revista *Cidade Nova*, desde 1949.

Laubreaux, Henri Lebre, André Algarron, Robert Andriveau, André Nicolas; contudo, alinhavámos prosas em pequenos jornais de polémica e doutrina a que demos o melhor do nosso esforço, do nosso entusiasmo, da nossa fé.

Não convivemos com Charles Maurras ou Henri Massis. No entanto, se não visitámos o autor da *Anthinea* na prisão, ouvindo-o discorrer acerca do comunismo, da Provença e da França, e se não percorremos as ruas de Montmartre com o ensaísta da *Defense de l'Occident*, que evocava os pintores barbudos de 1900 e recordava Péguy e Barres, ali, na Madre de Deus, no poente de algumas tardes de Outono, escutávamos quem muito bem podia ombrear com eles: Alfredo Pimenta; com frases despreziosas, mas incisivas, expunha-nos o seu próximo comentário político para *A Nação*, descrevia-nos a fundação da *Acção Realista*, falava-nos da Europa vencida e iluminava-nos as rotas do pensamento e da acção.

Não presenciámos *la dure floraison des jeunesses nationalistes*, não percorremos a Espanha em guerra, a Itália de Mussolini, nem estivemos no Congresso de Nuremberga, nem na Frente Leste com a Legião de voluntários franceses antibolchevista; não deparámos com o fascismo nas suas horas altas de triunfo, imensa maré-cheia que invadia o continente com os seus desfiles imensos, as saudações de braço estendido, a oratória inflamada, as milícias armadas, os cânticos e os estandartes multicolores, os campos de trabalho e as viagens, a mística da nação e do chefe. De tudo isso só guardamos umas vagas lembranças relativas ao conflito espanhol: os cortejos com donativos para Franco, a notícia de alguns compatriotas que partiam para a luta, o cerco do Alcazar, a criação da Legião e da Mocidade Portuguesa, as atrocidades vermelhas.

De qualquer modo, porém, foi para nós o fascismo, como o foi para Brasillach, encontro supremo, a revelação inesquecível da nossa juventude: sim, esse fascismo que víamos caluniado, prostrado, perseguido, difamado, humilhado, e não sob o sol exaltante da glória, e que nos importava isso! Vencedor ou vencido, era sempre o mesmo fascismo, com o seu *ethos* de camaradagem viril, o seu gosto da grandeza, o seu desdém dos valores burgueses, a sua apologia da coragem e da disciplina, o seu alto idealismo, a sua exaltação do que é sóbrio, sadio, nobre, a sua aspiração à unidade, à totalidade, ao universal.

No fascismo encontrámo-nos plenamente com Brasillach, ao comungarmos todos, por inteiro, na atmosfera daquela revolução que foi a revolução do século XX e que, seja o que for que as propagandas digam ou proclamem, representa um dos mais altos momentos da história do espírito humano¹⁰.

Em finais de 1947, os neofascistas da *Mensagem* pedem ao seu «mestre» que lhes indique o que deveriam fazer. A resposta de Pimenta é publicada em três artigos desse jornal e posteriormente em livro (Pimenta, 1948): o objectivo do militante contra-revolucionário deve ser a restauração da Monarquia tradicional. Para esse fim não deve recorrer a instrumentos que façam derivar o poder do monarca de baixo para cima (plebiscito; decisão parlamentar; manifestação colectiva das corporações), nem tão-pouco aos meios da revolução ou ao golpe de estado, cujos efeitos são sempre incertos. A única alternativa viável seria o decreto, através do qual a instituição republicana, reconhecendo os seus limites, entregaria o poder ao rei.

No cerne da mensagem de Pimenta encontrava-se a ideia de que, em Portugal, a crítica e o combate não deviam ser dirigidos contra o poder instituído, mas contra os opositores do poder ou contra as facções do poder que o desvirtuavam. O mestre da contra-revolução fascista obrigaria, assim, os jovens radicais a uma posição paradoxal: a de monárquicos integralistas fiéis a uma república e a de revolucionários respeitadores da ordem instituída.

O NACIONALISMO REVOLUCIONÁRIO NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 60: A SEGUNDA GERAÇÃO

No começo dos anos 50, os animadores do jornal *Mensagem*, já todos licenciados, não haviam deixado na Universidade de Coimbra uma organização estruturada nem um grupo de seguidores mais novos que pudesse continuar a sua acção na Academia.

Do restrito núcleo de estudantes fascistas, apenas Ruy Alvim permanecera na Universidade, à qual regressara após um período nas Forças Armadas — entre 1951 e 1955 —, retomando então os estudos de Direito num clima político absolutamente apagado.

Para assistir a um novo surto do nacionalismo radical será preciso esperar pela crise delgadista de 1958 e pela subsequente exoneração do ministro Santos Costa, a qual viria a provocar a ira dos radicais. Santos Costa era uma referência para os *ultras* graças ao punho-de-ferro que utilizara na repressão dos anti-salazaristas e às suas qualidades de estratega militar. A sua exclusão do governo levou alguns militares de Coimbra a encontrarem-se com os estudantes radicais da Universidade com o fito de organizarem uma intontona que convencesse Salazar a reintegrá-lo como ministro. Ruy Alvim e outros colegas participaram nestas reuniões durante o Verão de 1958, as quais, todavia, não tiveram quaisquer consequências práticas.

Neste mesmo ano académico de 1957-1958, Alvim é convidado pelas direitas para chefiar a lista nacionalista nas eleições estudantis. Eleito presidente da AAC, Alvim promove um programa cultural orientado para a divulgação dos

temas nacionalistas¹¹. O seu projecto de bloquear a crescente influência das esquerdas na Academia não encontraria, todavia, prosseguidores.

A partir da década de 60, o meio nacionalista seria continuamente derrotado pelas esquerdas¹².

O GRUPO DO *COMBATE*

No princípio da década de 60, o testemunho da militância radical é recolhido, assim, por um jovem caloiro da Universidade de Coimbra: José Valle de Figueiredo.

O percurso de José Valle de Figueiredo não começa logo pela participação na política activa, mas sim pela sua intervenção em termos culturais, estreando-se como poeta em várias revistas literárias no final dos anos 50 e começo dos anos 60. Lê, ainda muito novo, os textos doutrinários do nacionalismo monárquico e republicano português, filtrado pela experiência fascista, principalmente os de António Júlio Castro Fernandes (*Corporativismo Fascista*) e os de João Ameal (*Panorama do Nacionalismo Português e A Revolução da Ordem*). Conhece as teses dos antigos estudantes fascistas de Coimbra através das suas comunicações apresentadas na I Semana de Estudos Doutrinários (AA.VV., 1960) e do livro de António José de Brito, publicado em 1962, intitulado *Destino do Nacionalismo Português* (Brito, 1962). Nestas páginas, Valle de Figueiredo aprende as diferenças e as convergências entre o nacionalismo português clássico e a revolução fascista dos anos 20 e 30.

No último número da revista *Tempo Presente*, animada pelos neofascistas da geração anterior, publica o seu primeiro artigo político com o título «Europa, sentido e acção»¹³, inspirado no universalismo fascista da revista italiana dos anos 30 *Antieuropa*, de Asvero Gravelli. Nesta época, José Valle de Figueiredo era já um militante político de primeira linha da área nacional-revolucionária da Academia de Coimbra.

O início da acção política universitária data aproximadamente de finais de 1960, quando a assembleia geral da ONU declara o direito à autodetermina-

¹¹ Ruy Alvim nomeia como responsável pelas Relações Públicas Internacionais da AAC Jorge Moreira, futuro presidente da Frente dos Estudantes Nacionalistas (FEN), organização de extrema-direita controlada pelo Ministério da Administração Interna, a qual esteve activa na Universidade de Lisboa entre 1962 e 1966.

¹² Saído da Universidade, Ruy Alvim transfere-se para Lisboa, onde começa a sua carreira como chefe de gabinete do Ministério da Economia e da Agricultura. Em Lisboa continua a frequentar os meios radicais, em particular o Centro de Estudos Alfredo Pimenta, fundado pelos antigos camaradas da Universidade de Coimbra, assim como o Gabinete Especial do Dr. David Lopes Gagean da Legião Portuguesa.

¹³ *Tempo Presente*, n.º 27, Julho de 1961, p. 82.

ção dos povos dos territórios extra-europeus do império português¹⁴. A ofensiva da ONU teve repercussões na universidade portuguesa. Logo no dia 14 de Outubro de 1960, a assembleia magna reúne-se para organizar uma manifestação de protesto contra os ataques da ONU. Nessa assembleia, os nacionalistas saíram derrotados por uma votação maioritária que recusava a realização de qualquer manifestação anti-ONU em virtude do carácter apolítico da Academia. A clara vitória das esquerdas estudantis provoca a reacção das direitas que, em 18 de Dezembro de 1960, publicam um manifesto de protesto contra a atitude da assembleia, assinado por mil estudantes. Entre os signatários aparecem todos os elementos do novo núcleo de nacionalistas radicais da Academia, chefiado por José Valle de Figueiredo, Armando Marques de Carvalho e José Vasco Meireles.

Em Fevereiro de 1961, estes três militantes radicais são condenados em assembleia magna e punidos com sanções pelos organismos académicos estudantis devido à vaga de manifestos difamatórios contra o I Encontro de Convívio, organizado pela facção progressista da Academia¹⁵.

Estas primeiras expressões de activismo denunciam a intenção de estruturar uma força política organizada que não se limitasse ao plano intelectual. Com este propósito, no princípio de 1961, José Valle de Figueiredo reúne-se com Zarco Moniz Ferreira, estudante de Letras na Universidade de Lisboa e fundador, na capital, do recém-criado Movimento Jovem Portugal (Pinto, 1999)¹⁶. O acordo alcançado permite a implantação do MJP também em Coimbra e José Valle passa a integrar o triunvirato nacional do movimento.

Em Coimbra, a primeira iniciativa política do MJP foi um abaixo-assinado de solidariedade para com o general Raoul Salan, um dos fundadores da Organisation de l'Armée Secrète (OAS) francesa, encarcerado devido à sua participação na tentativa de golpe de estado em Abril de 1961¹⁷. Os jovens radicais portugueses consideravam-se camaradas de armas dos jovens franceses que combatiam na Argélia e na metrópole contra as cedências de De

¹⁴ A abstenção dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha representa um ponto de viragem na atitude dos aliados ocidentais em relação a Portugal, despertando nos nacionalistas radicais o sentimento de um Portugal «orgulhosamente só», frente aos blocos comunista e capitalista e ao dos não-alinhados.

¹⁵ Os primeiros culpados são os membros do CADC, da JUC e da Mocidade Portuguesa, que prontamente recusam a autoria do acto (cf. Garrido, *Tendências Evolutivas do Movimento Associativo Coimbrão no Início de Sessenta: a Crise Académica de 1962*, 1994, p. 80).

¹⁶ Movimento Jovem Portugal é a mais importante organização neofascista activa em Lisboa, Porto e Coimbra entre 1961 e 1965. Em 1966, os seus dirigentes tentarão inutilmente dar continuidade à sua experiência através da Frente Nacional Revolucionária.

¹⁷ Já em Abril de 1961, a PIDE relata choques violentos entre militantes do MJP e estudantes das esquerdas.

Gaulle aos imperialismos soviético e americano e a favor da permanência europeia em África, que era encarada como o último baluarte da civilização europeia, profundamente abalada desde a derrota de 1945. No imaginário dos nacionalistas-revolucionários de Coimbra, os combatentes da OAS assemelhavam-se aos jovens regressados das trincheiras após a Primeira Guerra Mundial, os quais, tomando consciência do seu papel na sociedade, vieram a animar o primeiro fascismo vanguardista e revolucionário. O seu espírito antiburguês devia servir de exemplo para o combate em Portugal contra a subversão e contra a elite política provinciana do Estado Novo.

Um dos objectivos prioritários dos nacionalistas-revolucionários de Coimbra era a oposição às esquerdas da Academia. Em Março de 1962 registam-se choques violentos entre as facções antagónicas devido à mobilização das esquerdas contra o reitor Braga da Cruz. O protesto dos estudantes progressistas ficara a dever-se à recusa manifestada por Braga da Cruz em apoiar a AAC na sua acção de solidariedade para com os colegas de Lisboa, vítimas da repressão policial durante o Dia do Estudante.

No dia 6 de Abril de 1962, a assembleia magna convoca para o dia seguinte uma manifestação frente à Reitoria. Em resposta, os nacionalistas radicais organizam para o mesmo dia e no mesmo sítio uma contramanifestação que termina com cenas de pancadaria entre os manifestantes de esquerda, que pretendiam pontapear o carro no qual o reitor tentava abandonar a Universidade, e os manifestantes da direita radical, que o tentavam proteger¹⁸.

Apesar de ter obtido uma notória visibilidade nos primeiros dois anos de actividade, o grupo de José Valle de Figueiredo não consegue pôr-se à frente da ampla facção de estudantes nacionalistas, conservadores ou «das direitas», que, em geral, preferem manter uma atitude discreta e substancialmente apolítica. Para marcar uma presença mais incisiva, o grupo de Valle de Figueiredo decide publicar, em Fevereiro de 1962, um periódico estudantil: o *Combate*.

Em 1962 o clima na Universidade favorecia uma iniciativa editorial desta natureza. O activismo crescente das esquerdas, que conduziria à eclosão da crise académica, preocupava as autoridades do regime, que, por isso, viram com bons olhos as iniciativas tomadas pelos movimentos de direita. O apoio do regime a esta iniciativa editorial é garantido através das ajudas económicas do governador civil de Coimbra, da isenção de censura prévia ao jornal e da colaboração editorial anónima do professor Miranda Barbosa com muitos artigos doutrinários.

O reconhecimento do papel político dos estudantes radicais permite a José Valle de Figueiredo participar, em 1963, na qualidade de repre-

sentante da Academia de Coimbra nas celebrações do 28 de Maio em Braga. O discurso por si proferido nessa ocasião é emblemático do *modus pensandi* dos nacionalistas-revolucionários portugueses dos anos 60. O líder radical coimbrão critica abertamente o Estado Novo pela sua incapacidade de conquistar os jovens para a causa da revolução nacional. Ataca, por isso, a retórica e a vetustez do discurso político do regime, que ainda julgava ser possível aquecer os ânimos da juventude através da rememoração do caos provocado pela I República, da ordem trazida pelo 28 de Maio e das consequentes realizações de Salazar desde 1933. Na opinião de José Valle de Figueiredo, o Estado Novo foi progressivamente ocupado pelos «Revolucionários de 29 de Maio», de tal forma que, desde 1945, «entrou-se a esquecer, à pressa, que estávamos em Revolução Nacional, tapando tudo e esquecendo tudo o que poderia aborrecer as democracias triunfantes. Pouco a pouco foram-se abrandando os costumes e as doutrinas, e os homens principiaram a declarar-se democratas-orgânicos. Deteriorava-se o clima duro, imprescindível a todas as revoluções. As forças reaccionárias, contra-revolucionárias e social-conservadoras, principiaram a sabotar o poder do Estado, restaurando a ordem burguesa que negava, nos factos, direitos que as Massas Populares e Trabalhadoras tinham conquistado na Lei. Sabotou-se a Justiça Social e a associação capital-trabalho foi a fórmula que serviu para defraudar, sob a capa da lei, os legítimos e sagrados direitos do Povo. A Hidra Capitalista principiou a imperar com todas as suas cabeças» (Figueiredo, 1963, pp. 5-6).

Os radicais do *Combate* pedem, portanto, uma segunda revolução nacional, protagonizada pelas jovens gerações dos anos 60, inconformadas com o derrotismo que se respirava em Portugal desde 1945. As posições fascizantes deste grupo não podem ser consideradas património difuso nas direitas estudantis de Coimbra. Elas reflectem, pelo contrário, a identidade de uma minoria de nacionalistas-revolucionários que, apesar da sua boa preparação cultural e política, não conseguem radicalizar o nacionalismo católico, monárquico e salazarista da Academia.

Sinal deste isolamento é a recusa do grupo do *Combate* em participar nas listas apresentadas pelas direitas tanto nas eleições de Novembro de 1963 (lista Independente Académica) como nas eleições de Novembro de 1964 (lista de Reencontro Académico). O grupo do *Combate* considerava que as eleições eram o terreno de acção favorito das forças subversivas. A estratégia da subversão no meio académico é um dos temas-chave do nacionalismo revolucionário. Em 1972, José Valle de Figueiredo publica uma análise retrospectiva sobre a evolução da luta estudantil em Coimbra desde 1962 até ao começo dos anos 70 (Figueiredo, 1972). De acordo com a perspectiva do nacionalismo radical, a contestação estudantil conheceu dois períodos distintos: o primeiro entre 1962 e 1965 e o segundo a partir de 1968.

O primeiro caracterizara-se, essencialmente, pelo sindicalismo estudantil, cujas reivindicações eram de mero carácter corporativo. No segundo período, pelo contrário, assistira-se a uma politização radical, que ultrapassara o estrito âmbito universitário e em que se perseguiram objectivos de carácter político, com o fim de derrubar o regime. Não se trata de uma evolução accidental dos factos, mas de um projecto predefinido, com vista à infiltração e politização das massas estudantis para o assalto final ao poder. Na base deste projecto estaria a estratégia elaborada, em 1946, pelo Partido Comunista Português: dissolução das suas organizações oficiais juvenis, pouco eficazes devido à clandestinidade, a que se seguira a inserção dos seus militantes nas organizações oficiais dos estudantes e do regime para as manipularem. É nesta perspectiva que devem ser lidos o apoliticismo e o neutralismo apregoados pela AAC, assim como o discurso que esta associação veiculava sobre a guerra do ultramar enquanto luta dos povos africanos contra o fascismo, em vez de se tratar de uma guerra dos imperialismos soviético e norte-americano contra Portugal.

Apesar de possuir uma ideia clara sobre a estratégia empreendida pelas oposições activas nas universidades e sobre os erros do Estado Novo face às jovens gerações, o restrito meio do nacionalismo radical não conseguiu elaborar uma alternativa estruturada e credível. A *pars construens* do grupo do *Combate* assentava na ideia simples e pouco mobilizadora da universidade corporativa, de cariz medieval, na qual professores e estudantes participam na gestão da universidade, numa estrutura hierárquica, com vista à formação dos futuros patriotas do império.

Em meados dos anos 60, o grupo do *Combate* consegue uma certa visibilidade, quando o ministro da Educação Nacional, não querendo homologar órgãos de autogoverno dos estudantes, controlados por maiorias progressistas, bloqueia todos os processos eleitorais, impondo comissões administrativas (CA/AAC), que se mantiveram em actividade até 1969.

Para gerir as CA/AAC foram chamados representantes das diferentes facções das direitas, inclusive os nacionalistas-revolucionários. Após um aceso debate entre os militantes radicais acerca da oportunidade de participarem na gestão de um instrumento governamental, José Valle de Figueiredo acabaria por integrar a primeira CA/AAC, assumindo o cargo de vice-presidente. Dedicar-se-á principalmente a imprimir à produção cultural da AAC um carácter nacional-revolucionário. A experiência, todavia, resulta desanimadora e José Valle atribui o falhanço à clássica falta de lucidez, coesão e activismo das direitas académicas (Figueiredo, 1972, p. 49).

Na segunda metade da década de 60, estes militantes radicais começam a actuar também fora da universidade através de iniciativas editoriais de cariz cultural, como a revista *Itinerário*, a secção «Encontro» publicada no *Diário da Manhã*, o jornal de extrema-direita *Agora*, e ainda através da distribuição

de brochuras panfletárias por si produzidas (AA.VV., 1964). Nestes anos, o grupo de Coimbra enriquece a análise política do nacionalismo radical português com o tema do «*complot mundialista*» (boletim *Confidencial* de 1966-1967). Este tema, um clássico das extremas-direitas desde o princípio do século XX, ganha terreno nos anos 60 devido aos círculos neofascistas europeus. Partindo dos famigerados *Protocolos dos Sábios de Sião*, a análise política feita por este grupo identifica a nova estratégia do sionismo internacional: tendo perdido o controlo da revolução russa como vector de difusão da subversão, o sionismo teria então escolhido a ONU como base operativa. Na ONU, Washington e Moscovo convergiram na elaboração da sua política mundial antieuropeia. O sustento desta conspiração seria, pois, uma estrutura piramidal, cujo vértice seria ocupado pelos agentes sionistas, adeptos tanto do comunismo quanto do capitalismo. Os níveis inferiores da pirâmide seriam ocupados por uma rede de organismos internacionais (fundações, centros de investigação, institutos internacionais), que operavam em diferentes esferas, com o intuito de dismantelar os últimos redutos europeus nos cinco continentes. Na própria Europa estaria em actividade, desde 1954, um dos mais perigosos destes organismos: o grupo de Bilderberg. No que concerne a Portugal, os instrumentos desta ofensiva seriam o Council of Foreign Affairs, o American Committee on Africa, o African American Institute e a Ford Foundation, com as suas obras de financiamento e treino das guerrilhas independentistas nos territórios afro-portugueses¹⁹.

A TERCEIRA GERAÇÃO NACIONAL-REVOLUCIONÁRIA (1965-1974)

Desde a experiência da comissão administrativa de 1965 que as três CA/AAC seguintes, dirigidas pelas direitas em nome do governo, contaram com a participação de elementos radicais amadurecidos no grupo do *Combate*. A acção destes elementos tornar-se-ia um ponto de referência para os estudantes nacionalistas mais vincadamente anticomunistas, anti-subversivos e revolucionários, a cuja radicalização se assiste ao longo da crise académica de 1969.

Em 1966, Luís Fernandes Semedo de Sá Cunha, elemento destacado do nacionalismo revolucionário, sucede a Valle de Figueiredo na vice-presidência da CA. Na comissão administrativa de 1967 encontramos dois militantes do nacionalismo radical: Francisco Manuel Rodrigues Seabra Ferreira e António Custódio Aires Leite da Costa. A quarta comissão, de 1968, é presidida por um antigo militante do Movimento Jovem Portugal: Jorge

¹⁹ *Agora*, 14-10-1967, p. 6, e 21-10-1967, p. 7.

Manuel da Mota Ponce Leão. O vice-presidente é José Miguel Alarcão Júdice, futuro líder do nacionalismo revolucionário coimbrão.

Nestes anos, os nacionalistas-revolucionários ocupam também a redacção do periódico *Via Latina*: Francisco Lucas Pires foi director entre Janeiro e Março de 1966 (n.ºs 145 e 146), José Carlos Vieira de Andrade, José Carlos Seabra Pereira e José Miguel Júdice foram os responsáveis pelos n.ºs 148, 149 e 150.

O balanço final destas quatro CA/AAC foi bastante desanimador, podendo mesmo considerar-se estéril sob o ponto de vista político. Elas serviram, todavia, para gerar uma maior coesão entre os radicais, que, apesar de pouco numerosos, conseguiam manter-se activos, face à apatia e imobilismo das demais direitas académicas.

A CRISE ACADÉMICA DE 1969

O carácter de excepção da CA obrigou os seus dirigentes a aceitar, em 1969, a convocação de eleições, não podendo resistir durante mais tempo à campanha das esquerdas, organizadas na comissão pró-eleições.

Confrontadas com a iminência de eleições, as direitas encontraram-se novamente sem rumo certo, de tal forma que só o pequeno grupo reunido à volta da CA, do Orfeon e da Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra (OTUC), coordenado pelo professor Miranda Barbosa, viria a reunir condições para apresentar uma lista, designada Movimento Renovação e Reforma (MRR), alternativa à lista das esquerdas organizada pelo Conselho das Repúblicas (CR).

A campanha eleitoral promovida pelo MRR demonstra toda a subalternidade das direitas face às esquerdas. O MRR, de facto, não consegue tomar a iniciativa, limitando-se a denunciar a estratégia marxista do Conselho das Repúblicas, que acusava de pretender lançar o caos na Universidade, de provocar a reacção repressiva do regime e de radicalizar, assim, a maioria apolítica dos estudantes. A alternativa apresentada pela lista das direitas caracterizava-se pela clássica colaboração orgânica entre estudantes e professores, proposta num tom tão moderado e apolítico que dificilmente conseguiria mobilizar o potencial eleitoral.

Para além disso, em 1969, o clima na Universidade era radicalmente diferente daquele que se vivia no princípio dos anos 60. O espaço de manobra das direitas era cada vez mais exíguo, como demonstra a assembleia magna de Fevereiro de 1969, na qual se confrontaram as duas listas concorrentes às eleições (Bebiano e Cruzeiro, 2006, p. 282). No decurso da sessão, os representantes do MRR foram obrigados a abandonar a sala, ao serem acusados de servirem de lacaios dos professores mais reaccionários e de agirem como instrumento do governo na administração das CA/AAC e no boicote das lutas do movimento estudantil.

Esta relação de forças reflectir-se-ia nos resultados eleitorais: a lista do CR conquista, com mais de 70% dos votos, todos os lugares dos organismos de governo da AAC, deixando ao MRR (com apenas 22,98%) uma única e inútil representação na Direcção-Geral.

A partir desta derrota eleitoral, o pequeno grupo coimbrão de nacionalistas radicais reencontrará apenas um espaço de acção política por ocasião da crise académica.

A 17 de Abril de 1969, o presidente da República é contestado durante a inauguração do edifício de Matemática. Nos dias seguintes, o presidente e os dirigentes da AAC são objecto de sanções disciplinares e de prisão. Nesta ocasião, as direitas demonstram não ter ainda recuperado da derrota eleitoral: não conseguem promover nenhum género de reacção, nem a favor nem contra, desaparecendo frente à nascente agitação estudantil.

A primeira reacção eclode na assembleia magna de 28 de Maio de 1969, quando esta decreta o boicote aos exames, em solidariedade com os colegas vítimas da repressão. Nesta ocasião manifestam-se publicamente dois estudantes: Carlos Baptista Ganho, presidente do Orfeon e elemento destacado das direitas, e José Miguel Júdice, que, a partir de então, passaria a ser uma referência central da facção nacionalista-revolucionária da Academia. Júdice expressa-se contra o boicote aos exames em nome da necessidade de evitar o choque directo com o regime, cuja reforma deve ser o objectivo dos estudantes enquanto elementos da futura classe dirigente do país. Ele evita o clássico discurso anti-subversivo, mas de facto quer proporcionar aos descontentes com a situação uma alternativa à propaganda oposicionista²⁰.

As duas intervenções não produzem resultados substanciais. O boicote aos exames é votado por 3500 estudantes, sendo apenas 190 os votos contra e 40 as abstenções.

Nos dias dos exames, os estudantes que não participaram no boicote foram, de facto, uma exígua minoria que rondou os 400 jovens. Destes, a maioria não estava afectada a nenhuma militância política: tratava-se de estudantes apolíticos, preocupados com a sua carreira universitária e com as reacções que a sua eventual adesão a um boicote deste género provocariam no meio familiar, mais do que com as reivindicações do movimento estudantil.

Estas escassas resistências aos piquetes do movimento estudantil, todavia, estarão na base do trabalho político dos nacionalistas radicais. Em Setembro de 1969, no regresso das férias de Verão, os militantes nacionais-revolucionários dirigem-se aos colegas que participaram nos exames. Através de um questionário sobre as suas experiências pessoais dos dias de resistência aos piquetes, os nacionalistas radicais pretendem organizar grupos de autodefesa

²⁰ IAN/TT, arq. PIDE, proc. «Movimento estudantil», SC/SR-3529/62, cx. 3363, pasta 150, fls. 197-205.

para greves futuras e, ao mesmo tempo, grupos de estudos da reforma académica com o objectivo de delinear uma alternativa às esquerdas.

Esta estratégia de captação de consenso por parte dos «furas» é sintomática da diferença de actuação política dos radicais de Coimbra de 1969 em relação à actuação dos militantes do princípio da década de 60: eles não constituem uma organização política rigidamente estruturada, como fora o MJP, ou de conteúdo doutrinário, como fora o grupo do *Combate*. Pelo contrário, procuravam constituir uma rede de relações entre estudantes isolados ou entre pequenos grupos autónomos de colegas que estivessem interessados em resistir ao movimento estudantil e em abordar os problemas universitários numa perspectiva alternativa à do «sindicalismo estudantil» das esquerdas²¹.

Com base nas respostas obtidas ao questionário, e nos contactos realizados através dele, é constituído, em Novembro de 1969, o Secretariado Organizador da Acção e Coordenador dos Grupos de Estudo na Universidade. O Secretariado tinha como objectivo organizar grupos de estudantes nas diferentes faculdades para analisarem os problemas pedagógicos de cada curso e para discutirem o tema mais geral da reforma universitária. Visava, naturalmente, captar o maior número de estudantes interessados na reforma da Universidade, mas adversos às linhas subversivas do movimento estudantil. Neste sentido, o Secretariado protagoniza uma oposição construtiva à política universitária do Estado Novo. De facto, em Abril de 1970, o Secretariado já contava, em diferentes faculdades, com pequenos grupos organizados, o mais importante dos quais era o da Faculdade de Direito, coordenado pelo professor Rogério Soares.

O Secretariado não estava interessado em disputar as eleições, nem as académicas nem as das Faculdades, que considerava estarem ganhas à partida pelas esquerdas. Do ponto de vista político, este grupo criticava tanto o movimento estudantil como o governo. Em relação às esquerdas, era sua convicção que o movimento estudantil já alcançara o seu ponto mais alto e que padecia de uma acentuada divisão em facções, cada vez menos interessadas no sindicalismo estudantil e cada vez mais envolvidas na politização das massas estudantis através do tema da luta anticolonial. Quanto ao governo, o Secretariado criticava a sua incapacidade de sair da alternância estéril entre concessões e repressões do movimento estudantil, bem como a sua tendência para produzir somente reformas tecnocráticas inconsequentes ou medidas temporárias, na ilusão de abrandar as reivindicações estudantis.

O Secretariado não deixa também de analisar, de forma crítica, o rumo seguido pelo grupo nacional-revolucionário, reflectindo sobre os limites das extintas CA/AAC e do MRR, cuja política de mera reacção às esquerdas

²¹ Mais ortodoxo é, nestes mesmos anos, o Movimento Vanguardista (Marchi, 2004), fundado em Lisboa por Luís Fernandes e que em Coimbra publica o boletim *Acção*. Após 1970, alguns dos seus militantes integrarão o grupo da Cooperativa Cidadela de Lisboa.

evidenciara a incapacidade das direitas de apresentarem quaisquer propostas alternativas.

O 17 de Abril e o choque violento contra os piquetes do movimento estudantil são considerados os pontos de viragem do nacionalismo radical, o qual promove a sua reestruturação entre finais de 1969 e o ano de 1970²².

Em Janeiro de 1971, o Secretariado organiza uma nova ofensiva contra o boicote às aulas decretado pelo movimento estudantil para contestar a política do Ministério da Educação Nacional, que daria origem a violentos choques entre «associativos» e estudantes das direitas, que pretendem assistir às aulas. Desta vez, o comunicado de reivindicação emitido pelo Secretariado assume um claro tom político. Os nacionalistas radicais definem a sua posição face ao governo e à oposição nos seguintes termos: «Contra um Governo que tem titubeado no cumprimento da obrigação de educar e formar Homens Portugueses e se tem recusado a enunciar uma inequívoca Política Nacional de Juventude, limitando-se a uma acção oportunista de reformismo ao serviço do neo-capitalismo tecnocratizante; contra um Movimento Estudantil inteiramente desfasado da realidade portuguesa, desconhecido das verdadeiras necessidades dos Homens e esquecendo a vocação própria do Povo Português, ensaiando um dirigismo estrangeirado e desumanizante das massas»²³.

Uma vez alcançado o clímax da politização do seu discurso, o papel do Secretariado passa progressivamente para segundo plano. A sua função propulsora no interior da área do nacionalismo radical permite, no começo da década de 70, a implementação de um projecto mais ambicioso: a constituição de uma cooperativa editorial, a Cidadela.

A Cidadela e os dois organismos (Orfeon e OTUC) tradicionalmente controlados pelas direitas constituirão os três pilares de acção dos nacionalistas-revolucionários em Coimbra nos últimos anos do regime²⁴.

O Orfeon Académico da Universidade de Coimbra

O Orfeon não pode ser considerado um organismo do nacionalismo revolucionário. Fundado em 1890 como primeiro organismo autónomo da

²² «O que é o Secretariado Organizador da Acção e Coordenador dos Grupos de Estudo na Universidade», IAN/TT, arq. PIDE, NP10543, pasta 13, fls. 13-15.

²³ «Nós e os factos — Nós, a Universidade e a Nação», de 20-1-1971.

²⁴ Um relatório da PIDE de Abril de 1972 realça que na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra as direitas contam com 6 professores catedráticos, 2 professores auxiliares e vários assistentes. Estes últimos, alguns dos quais líderes da área radical, são José Luís da Cruz Vilaça, Francisco Lucas Pires, Diogo José Paredes Leite de Campos, José Carlos Vieira de Andrade, José Miguel de Alarcão Júdice, Rui Manuel Gens de Moura Ramos.

Universidade, a sua politização ocorre apenas durante a década de 60 do século xx. Nestes anos, a sua direcção empenha-se na defesa da tradição académica, não aderindo às lutas dos restantes organismos autónomos (OOAA) integrados no movimento estudantil. Por isso, passa a ser considerado um baluarte das direitas. A sua radicalização produz-se em sucessivas etapas, em especial a partir da presidência de Carlos Baptista Ganho em 1963²⁵.

Ainda em 1962, o Orfeon não adere à suspensão das actividades decretada pelos restantes OOAA, que protestavam contra a política do governo em relação às actividades circum-escolares. Em 1964, o Orfeon defende a decisão do reitor na distribuição dos espaços geridos pelos OOAA e por estes contestada. Em 1967, os organismos autónomos e o Centro Académico da Democracia Cristã levantam a voz contra o governo, em novo protesto contra a política de controlo das actividades estudantis. As contestações visavam a CA/AAC, instrumento de controlo do governo sobre a Universidade, e o Orfeon, considerado o «cavalo de Tróia» da CA/AAC entre os OOAA dos estudantes.

Na altura das eleições académicas de 1969, o Orfeon declara-se contrário à linha política da comissão pró-eleições, afirmando reconhecer a plena legitimidade das CA/AAC impostas pelo governo, como medida provisória de defesa da universidade portuguesa.

Quando eclode a crise académica em Abril de 1969, o Orfeon é o único organismo afecto às direitas que reconhece o direito de expressão dos estudantes na inauguração do edifício de Matemática, mas recusa-se a aderir ao luto académico decretado pela AAC. No seguimento desta decisão, em Julho de 1970, a direcção do Orfeon suspende vinte dos seus membros ligados ao movimento estudantil, provocando a reacção dos OOAA, do CR e da AAC.

Este *cursus honorum* do Orfeon faz com que, nos anos 70, as suas actuações se tornem alvo constante das esquerdas radicais da Academia. Em 1970, por ocasião das celebrações do 90.º aniversário do Orfeon, as esquerdas organizam um contraconcerto com a participação de Zeca Afonso. Da sede do concerto parte um cortejo formado por 200 estudantes, que lançam motes antifascistas frente ao Teatro Gil Vicente, durante a actuação do Orfeon. De igual maneira, em Outubro de 1971, o Orfeon é contestado à frente do Teatro São Luís, de Lisboa, durante uma actuação organizada pela Fundação Oliveira Salazar, na presença do presidente da República. As digressões no estrangeiro também não são poupadas: em Dezembro de 1971, um concerto realizado na Holanda é interrompido por esquerdistas, que lançam protestos anticolonialistas.

²⁵ IAN/TT, arq. PIDE, proc. «Orfeon Académico de Coimbra» n.º 7747 e 10712, NP10472, pasta 8.

O auge do ataque político contra o Orfeon ocorre em Abril de 1973, por iniciativa da componente maoísta do movimento estudantil: o I Festival Internacional de Coros Universitários, organizado pelo Orfeon, com a presença de coros universitários da África do Sul e da Rodésia, é acusado de ser uma reunião de fascistas e de reaccionários, ao serviço da classe dominante.

Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra

A Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra (OTUC) nasce em 1966 como secção cultural da CA/AAC. A iniciativa é da responsabilidade de dois militantes radicais da CA, Gonçalo Sequeira Braga e Luís Sá Cunha, que convidam Goulart Nogueira (membro do pequeno grupo de jovens intelectuais neofascistas dos anos 50) a dirigir uma companhia teatral de estudantes. O seu objectivo era criarem, à direita, uma alternativa às duas companhias teatrais da Academia controladas pelas esquerdas: o Teatro Experimental Universitário de Coimbra (TEUC) e o Centro de Iniciação Teatral e Académica de Coimbra (CITAC).

Entre 1966 e 1969, sob a direcção de Goulart Nogueira, a OTUC leva ao palco peças de vários autores em diversas cidades do país²⁶. Em Novembro de 1969, o professor Miranda Barbosa chama à direcção Manuel Couto Viana, poeta e profissional do teatro, ligado à componente fascista dos intelectuais do Estado Novo. Couto Viana imprime uma nova dinâmica à OTUC, introduzindo um teatro de vanguarda, caracterizado por cenografias minimalistas, avesso ao barroquismo do teatro clássico português. O projecto de encenar a obra sobre Joana d'Arc e *La Reine de Césarée*, da autoria do escritor fascista francês Robert Brasillach, é um elemento revelador do cariz político da actividade da OTUC.

Na Academia, a orientação política da OTUC era bem conhecida desde a sua fundação, pelo que, em Abril de 1970, a nova direcção da AAC decide retirar-lhe a sua sede nas instalações académicas²⁷. 1970 viria a ser o ano mais duro nas confrontações entre associativos e a OTUC²⁸.

²⁶ *Via Latina*, n.º 146, 30-3-1966, pp. 5 e 14.

²⁷ IAN/TT, arq. PIDE, proc. «Movimento Estudantil», SC/SR-352962, pasta 149, e proc. «Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra», NP10457.

²⁸ As crescentes confrontações entre radicais de direita e de esquerda são acompanhadas pelo surgir de siglas-sombras de cariz neofascista (Associação Nacional Socialista Académica; Comité Caça aos Comunistas; Juventude Universitária Fascista) que espalham periodicamente na Academia panfletos de ameaças anónimas contra professores ou estudantes ligados ao movimento estudantil. Estas acções não são promovidas organicamente pelo meio nacional-revolucionário, mas devem ser atribuídas, sem dúvida, a militantes desta facção ligados à Legião Portuguesa e à PIDE.

Na sequência da viagem da OTUC a Angola em Março de 1970, a Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra em Angola envia uma carta ao reitor da Universidade, ao ministro da Educação Nacional e à AAC, protestando contra o comportamento pouco decoroso dos membros da OTUC e contra as palavras do professor Miranda Barbosa, que em Angola tinha apresentado os jovens actores como representantes da resistência fascista na Universidade, contra a subversão. A AAC aproveita a oportunidade para divulgar a carta vinda de Luanda e atacar, assim, tanto a OTUC como o corpo docente que a apoiava.

Passados dois meses, as confrontações passam do papel às ruas. Em Abril de 1970, o reitor Gouveia Monteiro recusa à OTUC a autorização para apresentar a obra de Paul Claudel, *O Livro de Cristóvão Colombo*, devido ao clima de tensão entre as facções opostas. Após várias conversações, a OTUC consegue autorização para exhibir a peça no dia 9 de Maio, ficando a entrada no Teatro limitada a um público predeterminado para evitar as contestações já organizadas pelas esquerdas.

Na noite da representação, 300 militantes antifascistas reúnem-se em frente ao Teatro Gil Vicente, contestando duramente os convidados. Os protestos degeneraram no apedrejamento das forças da ordem, que respondem violentamente, acabando por ferir gravemente um dos manifestantes.

Os estudantes atacados pela polícia refugiam-se na sede da AAC, ameaçando assaltar o Teatro caso o reitor não ordenasse a interrupção do espectáculo. Este acabará por ceder às ameaças e, deslocando-se ao Teatro, pede ao presidente da OTUC, Cavaleiro Brandão²⁹, que ordene ao público o abandono imediato da sala.

Os estudantes nacionalistas reunidos no Gil Vicente consideram a atitude do reitor um sintoma da fraqueza da classe política marcelista, cada vez mais propensa a pactuar com a subversão. Chefiados por José Miguel Júdice, os nacionalistas radicais recusam-se a abandonar o Teatro e respondem às ameaças de intervenção da polícia proferidas pelo reitor entoando o hino nacional. Só por volta da meia-noite decidem abandonar o Teatro, reunindo-se em assembleia para discutirem o sucedido e delinearem um plano de acção.

Nos dias seguintes, as duas facções iniciam uma campanha de mútuas acusações: as esquerdas pedem ao MEN a abertura de um inquérito para se averiguarem responsabilidades e estabelecerem procedimentos disciplinares contra a OTUC e contra o professor Miranda Barbosa. Por seu lado, os representantes da OTUC, recebidos por Marcelo Caetano, responsabilizam o reitor pelos acontecimentos.

²⁹ Em 1972-1973, o presidente da OTUC é José Adelino Maltez, que levará à companhia os seus gostos pelo nacionalismo esotérico de Agostinho da Silva, por um certo nacionalismo místico da maçonaria e de Fernando Pessoa.

Os resultados do inquérito instaurado pelo ministro viriam a revelar-se inconclusivos. A partir deste episódio, todavia, as actuações da OTUC, à semelhança das do Orfeon, tornar-se-iam um alvo constante das contestações dos estudantes antifascistas.

Cooperativa Livreira Cidadela

A Cooperativa Livreira Cidadela é registada em Novembro de 1970 e inaugurada oficialmente em Fevereiro do ano seguinte, na sua sede, na Rua Alexandre Herculano, 16, em Coimbra. Em Março de 1972 abre também uma sede no Porto, dirigida pelo Dr. Fernando Sollari Allegro. Em Lisboa, pelo contrário, nunca abrirá portas, apesar da disponibilidade material do local, entregue à direcção de Luís Sá Cunha.

A ideia da Cooperativa é da autoria do grupo nacional-revolucionário da Faculdade de Direito, chefiado por José Miguel Júdice. O seu objectivo era prestar serviços aos estudantes, em termos de venda de livros académicos e material escolar, para financiar a actividade cultural e política dos nacionalistas-revolucionários.

A oferta bibliográfica da Cooperativa e as revistas existentes na sua hemeroteca evidenciam claramente as tendências políticas que a orientam: Brasillach, Bardeche, Huguenin, Ousset, Pound, Saint-Loup, Von Salomon, Larteguy e Ortega y Gasset contam-se entre os autores que aí estavam representados, aos quais se juntavam as revistas *Fuerza Nueva*, *Il Borghese*, *Il Secolo d'Italia* (órgão do partido neofascista Movimento Sociale Italiano), *Rivarol*, entre outras.

No aspecto cultural, o legado mais importante do nacionalismo revolucionário de Coimbra dos anos 70 foi, sem dúvida, a tentativa de delinear uma identidade heterodoxa para a direita radical. Esta nova geração de militantes continua a estudar os autores clássicos do fascismo³⁰, como os italianos Ugo Spirito e Vilfredo Pareto, os franceses Brasillach, La Rochelle e os espanhóis Ledesma Ramos e Primo de Rivera³¹. Eles não fogem, todavia, à análise dos textos marxistas, como os de Edgar Faure (que do Partido Radical passa para o gaullismo), os de Ota Sick, ministro da Economia durante a primavera de Praga (considerado um exemplo da terceira via anticapitalista e anticomunista), e os textos dos críticos do neocolonialismo Franz Fanon e René Dumond.

³⁰ O Fórum da Juventude Nacional-Revolucionária representa uma primeira fase de formação clássica deste grupo coimbrão.

³¹ Em 1972, José Miguel Júdice escreve uma introdução aos escritos de José António Primo de Rivera, publicados pela Cidadela, que se tornará um texto fundamental para os militantes nacionais-revolucionários portugueses da década de 70.

Esta formação ecléctica permite-lhes, assim, elaborar uma identidade de terceira via que procura exemplos de militância no justicialismo peronista e nas «vias nacionais para o socialismo»: o socialismo nacional árabe, o nacionalismo totalitário maoísta ou romeno, o anarco-sindicalismo da primeira fase de Fidel Castro, o nacionalismo de esquerda da Bolívia e do Peru³².

O grupo de Coimbra elabora, para Portugal, uma perspectiva geopolítica que não se baseia na clássica missão civilizadora católica, mas antes num projecto revolucionário da identidade euro-afro-asiática de Portugal³³. O papel revolucionário de Portugal residiria em quebrar o eixo Leste/Oeste, imposto pelos imperialismos dos EUA e da URSS, e reivindicar a importância do eixo Norte/Sul, no qual Portugal — o país mais pobre entre os ricos e mais rico entre os pobres — aparece como uma ponte entre civilizações na luta anti-imperialista. Em termos práticos, propõe-se reservar a designação «Portugal» para todo o conjunto do império, rebaptizar a metrópole com o nome de «Lusitânia» e transferir a capital de Lisboa para Luanda (a maior parcela territorial do império), concretizando, de uma vez por todas, a dimensão pluricontinental e não eurocêntrica do «Grande Espaço Português». Nesta perspectiva, uma das primeiras iniciativas do grupo da Cooperativa Cidadela será a organização do congresso Portugal Jovem em Dezembro de 1970.

Este congresso pretendia definir as bases ideológicas de um nacionalismo revolucionário para os anos 70, partindo da constatação de que na época moderna os valores tradicionais haviam sofrido uma grave deterioração e já não conseguiam orientar a juventude. Para o nacionalismo revolucionário, o desafio estava, portanto, na promoção da análise do passado, com os olhos postos no futuro, de forma a proporcionar um novo caminho aos jovens, necessariamente enquadrado num projecto imperial³⁴.

Para este fim, a Cidadela estreita laços com outras realidades das direitas antimarcelistas, para além das universitárias (Júdice, 1999). À volta do tema do integracionismo colabora com o Grupo de Estudantes Ultramarinos, com o Centro Eleitoral Monárquico de Barrillaro Ruas e com os católicos tradi-

³² Estas teses são expressas principalmente no boletim clandestino *Revolução* de 1970, mas apareciam nas publicações desta área desde a fase escolar do Fórum da Juventude Nacional Revolucionária.

³³ Para este projecto, o grupo de Coimbra abraça as teses de Fernando Pacheco de Amorim e participa na campanha de oposição nacionalista ao projecto marcelista de revisão constitucional de 1971. Esta linha política será confirmada numa reunião dos líderes radicais na sede da Cidadela do Porto, em Outubro de 1973, para delinear a estratégia comum para os anos seguintes, projecto interrompido pelo 25 de Abril de 1974.

³⁴ O congresso conta com a participação de estudantes da Universidade de Lourenço Marques integrados na Frente Nacional Integracionista, chefiada pelo deputado da Acção Nacional Popular para Moçambique, Gonçalo Mesquitela, cujos filhos animarão, no pós-25 de Abril, o grupo anti-FRELIMO Dragões da Morte.

cionalistas do Centro de Estudos Sociais Vector, que publicavam a revista *Resistência*.

Se no final dos anos 40 o diferendo dos nacionalistas radicais com o CADC se tinha focado em questões doutrinárias (personalismo católico *versus* totalitarismo fascizante), no final da década de 70 as divergências radicalizam-se, passando para o plano da política activa. As organizações universitárias católicas, cada vez mais influenciadas pelo catolicismo progressista, assumem posições abertamente críticas em relação à presença portuguesa em África. Assim, apesar das evidentes diferenças entre o nacionalismo revolucionário dos jovens da Cidadela e o nacionalismo reaccionário do Centro de Estudos Sociais Vector, a fê comum no Portugal-império facilita a relação com o catolicismo tradicionalista, que, aliás, permite aos militantes radicais obter uma projecção externa ao mundo universitário. Os líderes da Cidadela irão participar activamente no II e III Congressos de Fátima promovidos pelo Vector em 1970 e em 1971, onde apresentam as suas críticas em relação à política universitária do governo. A seu ver, esta baseava-se em modelos tecnocráticos e no mito estrangeirado da «democratização do ensino», que consideravam tratar-se de cedências demagógicas às reivindicações dos subversivos. Em Março de 1971, a Cidadela organiza uma conferência em conjunto com o Vector, a revista *Política* e o jornal *Debate* sobre o referido tema, cujas teses serão editadas na primeira publicação oficial da Cooperativa (AA.VV., 1971).

Nestes mesmos anos, a Cidadela passa a ser o elo central na rede do nacionalismo revolucionário português³⁵. Os seus militantes mais destacados são colaboradores constantes da revista *Política*, de Jaime Nogueira Pinto³⁶. Participam na fundação e na redacção dos estatutos de Programa — Associação de Estudos e Análise Social, presidida por Valle de Figueiredo e criada como contraponto à SEDES, da ala liberal (Pinto, 1976, p. 110).

Apesar de todas as tentativas para criar à direita uma alternativa à primavera marcelista, na véspera do 25 de Abril o nacionalismo revolucionário coimbrão encontrava-se encurralado entre uma linha política de «oposição construtiva» a um governo moribundo e a fidelidade a um projecto integracionista já largamente comprometido pela actuação de um regime imobilista e em nada revolucionário.

Este impasse resolver-se-ia com a Revolução dos Cravos. Na tarde do dia 25 de Abril, os radicais de Coimbra reúnem-se na sede da Cidadela, já

³⁵ A Cidadela torna-se uma referência para a formação dos nacionalistas radicais do ensino superior, reunidos no Movimento Nacionalista, o qual alcançará uma certa importância nos anos de transição e de consolidação da democracia.

³⁶ Na fundação da revista participa Francisco Lucas Pires. A ideia inicial de retomar a experiência universitária do *Combate* evolui rapidamente para um projecto mais ambicioso de nível nacional.

bastante conscientes do rumo que o golpe dos militares iria tomar. Os militantes dividem-se então em duas facções. Uma, influenciada pelos antigos líderes que passaram pela experiência de África, como Valle de Figueiredo, aderirá ao projecto federalista de Spínola, que consideram a única solução para salvar o que ainda fosse «salvável» do império. Esta facção fundará, nos meses seguintes, o Movimento Federalista Português/Partido do Progresso e integrará, nos anos da clandestinidade em Espanha, a Comissão Política do Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP). A outra facção, liderada por Goulart Nogueira, reunirá os intransigentes³⁷ que não estavam dispostos a abdicar do integracionismo radical. Estes organizar-se-ão no efêmero Movimento de Acção Portuguesa, animando também alguns núcleos clandestinos no pós-25 de Abril, como os comités nacionalistas de acção revolucionária (CNAR), ou ingressando nas fileiras do Exército de Libertação de Portugal (ELP) durante a clandestinidade em Espanha.

No dia 27 de Abril, a sede de Coimbra da Cidadela é ocupada e devastada pela extrema-esquerda, pondo fim a uma das experiências mais empolgantes da direita radical portuguesa da segunda metade do século xx.

CONCLUSÕES

Nas últimas três décadas do regime autoritário é possível encontrar em Portugal vestígios da subcultura política neofascista. Esta encontrava-se adstrita a uma elite de jovens intelectuais e estudantes universitários, maioritariamente pertencentes à classe média, burguesa e urbana. Assim, a Universidade de Coimbra tornou-se um palco significativo da evolução das três diferentes gerações de nacionalistas radicais que se sucedem desde 1945 até 1974.

Apesar de permanecer numa dimensão marginal (e marginalizada), o trajecto político destas elites apresenta um constante crescimento em termos de militância e capacidade mobilizadora. A dinâmica deste crescimento, todavia, estava condicionada por dois factores fundamentais:

- a) Os seus picos de crescimento correspondem aos momentos de crise do regime e ao aumento da mobilização oposicionista, recuando nas alturas de acalmia política. Desta forma, a militância nacionalista radical foi uma « reacção contra » mais que uma « acção para »;

³⁷ Entre eles estão alguns dos jovens militantes de Coimbra que se politizaram nos meses da crise académica de 1969 e se radicalizaram durante os primeiros anos da década de 70, protagonizando confrontos de rua com os estudantes de esquerda e acções directas como o assalto a livrarias de esquerda, pinturas neofascistas nas paredes da Universidade e até o apedrejamento do palácio do bispo do Porto na noite de 28 de Maio de 1972.

- b) O crescimento da capacidade mobilizadora dos radicais corresponde à progressiva e maciça diminuição da mobilização «das direitas», acabando por se isolar no último reduto da frente integracionista (não necessariamente identificável com a frente «situacionista»).

Finalmente, a evolução ideológica destas três gerações aponta também para um progressivo afastamento da ortodoxia fascista, em prol de uma heterodoxia de terceira via. O interesse da primeira geração pela doutrina do Integralismo Lusitano e a crítica doutrinária ao nacional-sindicalismo, numa perspectiva totalitária fascista, cedem o passo ao interesse por teses políticas mais intervencionistas e socializantes, alternativas ao nacionalismo do Estado Novo e inspiradas em algumas das correntes mais modernas do neofascismo europeu.

Neste sentido, não é correcto falar-se de um neofascismo autóctone coimbrão, ou português, *lato sensu*. Assiste-se, pelo contrário, a uma radicalização do nacionalismo e a uma parcial «neofascização» deste radicalismo, como resposta de uma elite estudantil ao desgaste ideológico do regime e, principalmente, ao declínio do «Portugal Eterno».

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1960), *I Semana de Estudos Doutrinários. Discursos, Teses, Comunicações*, Porto, Livraria Tavares Martins.
- AA.VV. (1964), *Combate: Cadernos*, Coimbra
- AA.VV. (1971), *O Espírito e a Técnica para Uma Reforma da Universidade*, Coimbra, Cidadela.
- BEBIANO, R., e CRUZEIRO, M. M. (2006), *Anos Inquietos, Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*, Porto, Afrontamento.
- BRITO, A. J. (1962), *Destino do Nacionalismo Português*, Lisboa, Verbo.
- FIGUEIREDO, J. V. (1963), *A Juventude e a Revolução Nacional*, Braga, edição do Governo Civil.
- FIGUEIRDO, J. V. (1972), *Reforma Universitária e Política Académica*, Lisboa, Livraria Sampedro
- GARRIDO, A. F. R. (1994), *Tendências Evolutivas do Movimento Associativo Coimbrão no Início de Sessenta: a Crise Académica de 1962*, Coimbra, texto policopiado.
- JÚDICE, J. M. (1972), *António Primo de Rivera*, Coimbra, Cidadela.
- JÚDICE, J. M. (1999), «Oposição de direita a Marcelo Caetano», in A. Barreto e M. F. Mónica (orgs.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Figueirinhas, vol. 8, suplemento F/O, pp. 643-644.
- MARCHI, R. (2004), «Movimento vanguardista», in *História*, 65, pp. 40-45.
- PIMENTA, A. (1948), *Cartas Monárquicas Escritas ao Estudante Caetano de Melo Beirão*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.
- PINTO, J. N. (1976), *Portugal os Anos do Fim, a Revolução que Veio de Dentro*, Lisboa, E&F.
- PINTO, J. N. (1999), «Movimento Jovem Portugal», in A. Barreto e M. F. Mónica (orgs.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Figueirinhas, vol. 8, suplemento F/O, pp. 555-556.

- PROENÇA, M. C. (coord.) (1999), *Maió de 1968, Trinta Anos Depois, Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Colibri.
- SIMÕES, J. S. (2002), *Sete Anos de Luta contra o Fascismo — Academia de Coimbra (1944-1951)*, Coimbra, ed. do autor.
- VILAÇA, A. O. (1998), *O MUD Juvenil em Coimbra*, Porto, Campo das Letras.

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

- AA.VV. (1996), *A Primavera Que Abalou o Regime: a Crise Académica de 1962*, Lisboa, Presença.
- CRUZEIRO, C. (1989), *Coimbra, 1969: A Crise Académica, o Debate das Ideias e a Prática, Ontem e Hoje*, Porto, Afrontamento.
- DUARTE, M. B. L. C. (1997), *Foi apenas o Começo: a Crise Académica de 1969 na História do Movimento Estudantil dos Anos Sessenta e da Luta contra o Estado Novo*, Lisboa, texto policopiado.
- PINTO, A. C. (1989), «A direita radical em Portugal, uma introdução», n *Risco*, 12, pp. 67-85.
- PINTO, A. C. (1995), «The radical right in contemporary Portugal», in L. Cheles *et al.* (orgs.), *The Far Right in Western and Eastern Europe*, Londres e Nova Iorque, Longman, pp. 108-128.
- PIRES, J. G. M. E. (1994), *Contributo para o Estudo da Via Latina (1937-1969) durante o Estado Novo*, Coimbra, texto policopiado.
- RODRIGUES, A. C., e MARQUES, J. M. (1970), *Dossier Coimbra, 1969: a Crise de Coimbra Vista por Observadores Estranhos aos Acontecimentos*, Lisboa, Livraria Sampedro.